

Resenha

FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: A construção da idéia da lusofonia em Portugal*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

## Da nação lusitana à lusofonia: língua e o imaginário social e mitológico português

Diego Barbosa da Silva\*

Adriano de Freixo parafraseia Fernando Pessoa ao nomear seu livro, “Minha pátria é a língua portuguesa – a construção da idéia da lusofonia em Portugal”. O livro relata os caminhos seguidos por Portugal da ditadura salazarista (1933-1974), passando pela Revolução dos Cravos (1974) até a criação em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Freixo narra como o Luso-tropicalismo consubstanciado por Gilberto Freyre, após um convite português para visitar as colônias, foi fundamental para justificar o neocolonialismo português dos anos 1950 em diante, num período em que crescia a reivindicação da independência pelas colônias, a partir do princípio de autodeterminação dos povos.

O luso-tropicalismo freyriano, cunhado em livros como *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953) e *O Luso e o Trópico* (1961), mas já exposto em *Casa Grande e Senzala* (1933) e *O Mundo que o Português Criou* (1940) referia-se a um “modo português de estar no mundo”. Diferente de todos os demais países europeus colonizadores, Portugal, durante e para uma

colonização cordial, teria criado uma sociedade plurirracial e não segregacionista, ao contrário, por exemplo, do que fizeram holandeses e ingleses na África do Sul. Como Freyre (1940, p. 25) disse, o português seria “menos um povo imperialmente europeu que uma gente já ligada pelo sangue, pela cultura e pela vida a povos mestiços e extra-europeus”. Essa ideologia estaria embasada e representada na língua portuguesa, pois como ainda afirma:

uma língua de tal amplitude não pode deixar de ser expressão de vasta cultural transnacional (...) Daí o amor com que a língua portuguesa é falada nos trópicos por pretos, pardos, amarelos, vermelhos, morenos que nessa língua exprimem seus sentimentos mais íntimos e não apenas suas ideias convencionais (FREYRE, 1940, p. 141-142).

Ao redor dessa construção ideológica, Salazar desenvolveu a idéia de um Portugal “plurirracial, pluricontinental, uno, indivisível e progressista” (FREIXO, 2009, p. 83-84 e 174) que abarcava as colônias na África e Ásia. Soma-se a isso a crença em um terceiro império português, dessa vez em África, depois dos outros dois: do Império da



Pimenta, dos condimentos, das benfeitorias na África e Índias e do Império do Brasil. Salazar soube muito bem, como descreve Freixo, aproveitar a mitologia portuguesa para justificar sua política colonial.

De fato, como nos mostra Freixo, a história portuguesa é marcada por um imaginário mitológico que se inicia com a fundação do país em 1139, por D. Afonso Henriques, após a batalha de Ourique e se consolida com os descobrimentos nos séculos XV e XVI e com sebastianismo e a União Ibérica. Tanto que sobre essas bases foi construído o mito do quinto império, idéia difundida pelo padre Antônio Vieira (1608-1697) em que Portugal estaria predestinado a construir o império cristão, depois do império egípcio, assírio, persa e romano ou ainda na condução do advento da Idade/Império do Divino Espírito Santo, de amor universal, igualdade e inteligência espiritual, pregada pelo monge Joaquim de Fiori (1132-1202), posterior à Idade do Pai e à Idade do Filho.

Contudo, Portugal encontrou dificuldades para colonizar a África seja na falta de recursos humanos, financeiros ou nas resistências das elites locais. Tais dificuldades fizeram com que a metrópole europeia criasse o que Perry Anderson (1966) chamou de “colonialismo por procuração”, com a abertura das colônias às potências estrangeiras. Por isso Boaventura de Sousa Santos (apud FREIXO, 2009, p. 104) descreve, Portugal como um Estado semiperiférico.

Freixo descreve ainda como o ferrenho colonialismo português foi responsável pelas guerras de independência e pela queda do regime fascista de Salazar que já durava 41 anos. Dessa forma, a revolução dos Cravos em 25 de abril de

1974 trouxe consigo a esperança de um novo Portugal, mais real e menos mitológico, mas também apreensão de perder a segurança garantida pelos mitos.

Nessa disputa de ideias, o autor mostra um Portugal receoso num futuro de integração à União Europeia em prol do abandono de um passado secular de política voltada para o Atlântico. Sobre esse sentimento português, o autor cita Boaventura de Sousa Santos: “Em termos simbólicos, Portugal estava demasiado longe da Europa para ser colonizador consequente e estava demasiado próximo de suas colônias para ser plenamente europeu” (FREIXO, 2009, p.105). E é nessa dúvida que o autor diz consolidar a idéia de lusofonia, após finalmente, a entrada de Portugal na União Europeia em 1986, pois “a lusofonia seria então um meio de Portugal aumentar sua negociação na União Europeia e no Sistema Internacional” (FREIXO, 2009, p.30).

Destarte, em 1996, foi fundada a CPLP, a partir do esforço do diplomata brasileiro, José Aparecido de Oliveira, em um momento em que o Brasil estava mais interessado em se integrar ao Mercosul e a África temerosa com tal proposta quinze anos após a independência. Ao mesmo tempo, que Portugal ressignificou o lusotropicalismo para construir as bases do novo espaço lusófono pelo discurso da língua comum no apagamento do passado colonial, reestruturou sua política de difusão do português:

Para aumentar sua capacidade de ação no cenário internacional, Portugal necessita incentivar a utilização do espaço comunitário da CPLP (...) por isso tem tido um grande empenho (...) na elaboração de uma política cultural agressiva, expressa pela atuação do Instituto

Camões em todo o mundo, além da articulação das comunidades portuguesas espalhadas por todos os continentes (FREIXO, 2009, p.48).

Freixo na busca pelo o que seria uma identidade lusófona estudou ensaios e discursos literários portugueses sobre o tema. Assim, utilizando as obras de Joaquim Barradas de Carvalho (1920-1980), Adriano Moreira (1922-), mas principalmente de Agostinho da Silva (1906-1994), Eduardo Lourenço (1923-) e Alfredo Margarido (1928-), ele descreveu um sentimento nacional português marcado pelo imaginário mitológico. Como podemos ver abaixo no primeiro fragmento sobre Agostinho da Silva e no segundo de Alfredo Margarido:

(Agostinho da Silva) defende a idéia de um Portugal-língua – concretizado por uma “Comunidade Lusófona” como uma espécie de “Quinto Império” revisitado – que deveria cumprir a missão histórica que Portugal-território, por suas limitadas possibilidades atuais, não teria mais condições de cumprir: a de integrar toda a humanidade e construir a fraternidade universal (FREIXO, 2009, p.25).

Lusofonia como revitalização de uma nostalgia do império, resultante do vazio ideológico decorrente do processo de descolonização e da amputação do componente imperial da nação portuguesa (FREIXO, 2009, p.164).

Para o autor, “o discurso (lusófono) busca redefinir a identidade cultural lusa, transmutando-a em uma “identidade lusófona” que paradoxalmente, por ser essencialmente portuguesa, acabaria se tornando universal” (FREIXO, 2009, p.30). Já para Enilde Faulstich (In SARAIVA, 2001, p.118), a lusofonia é aquilo que

“(…) localiza em todos os portos tocados pelos portugueses, nos quais a língua foi disseminada, como espaço de lusofonia. Nestes, os sujeitos são identitários de uma cultura ibérica que, em maior ou menor grau, formou a cidadania do Estado-nação”.

De certo, seria mais interessante se o autor tivesse (re)lido tais discursos a partir do conceito de formação discursiva elaborado por Pêcheux (1988) a partir de Foucault (2008, p. 236). Para Pêcheux, formação discursiva seria “como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p.162) Ele acrescenta ainda que é na formação discursiva “que se opera o assujeitamento, à interpelação do sujeito como sujeito ideológico” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 241).

Assim, a formação discursiva colonial portuguesa deixa marcas profundas no discurso literário português, inclusive nos citados pelo autor, que, assim ganham uma dimensão maior, afinal compõem um *já-dito* compartilhado pelos portugueses. Tais discursos referem-se a uma ideia de superioridade portuguesa por estar predestinado a civilizar os povos do mundo, antes através da colonização, hoje pela difusão da língua portuguesa como belo (falso) exemplo de um ideal plurirracial e de convivência multilíngüe. Este pensamento ainda permanece no imaginário português, afinal, como afirma Freixo “o imaginário social representa uma força instituidora” (FREIXO, 2009, p.149) da CPLP e que “para Portugal a sua hegemonia dentro da CPLP é um “direito histórico” (FREIXO, 2009, p.49).

Tal obra foi editada em um momento crucial em que o Brasil, ao lado da Índia e China se mostram capazes de liderar uma nova ordem mundial multipolar que se anuncia. E é nesse mesmo momento que se intensificam as políticas para a internacionalização da língua portuguesa, como podemos ver com a fundação do Museu da Língua Portuguesa (2006), a adoção do português como língua oficial da Guiné Equatorial (2007), o lançamento do Portal da CPLP na internet (2008), entrada em vigor do acordo ortográfico (2009), a criação da TV Brasil Internacional (2010) ou a petição e esforços para que o português se torne língua oficial das Nações Unidas e de seus organismos.

Freixo (2009, p.183) conclui seu livro afirmando que “o discurso da lusofonia é essencialmente uma construção portuguesa e que por isso só obteve uma efetiva ressonância dentro da sociedade lusa, não tendo encontrado eco ou o encontrado somente de maneira parcial nos demais países de língua portuguesa”.

De fato, o Brasil só agora parece perceber sua importância e participação na lusofonia, nem que seja por descobrir o quanto pode ser rentável explorar político-economicamente a língua portuguesa. Além disso, dentro da comunidade o Brasil leva uma vantagem, peculiar à Lusofonia, que é a única fonia em que apenas uma ex-colônia responde pela quase totalidade dos falantes no mundo (83%) e por uma grande concentração de riquezas.

Entretanto, não se pode esquecer, neste violento processo de internacionalização, de duas máximas. Uma refere-se ao direito linguístico do falante e está retratada no livro com a voz de Eduardo Lourenço de que “a língua comum não é propriedade de ninguém” (FREIXO, 2009, p.159). A outra de que devemos pôr em prática uma sociedade, um ambiente, multilíngüe, de pluralidade, diversidade, alteridade, convivência e sem preconceitos.

#### Referências

- ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FAULSTICH, Enilde. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: SARAIVA, José Flavio. *Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política*. Brasília: IBRI, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: A construção da idéia da lusofonia em Portugal*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas: Unicamp, 1988.



\* **DIEGO BARBOSA DA SILVA** é Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais UERJ; Mestrando em Linguística UERJ.